

Taxa de natalidade exige investimento de retorno mais rápido

Salvador — "Daqui por diante, o Governo deve fazer aplicações apenas em setores onde haja retorno rápido, com um planejamento mais adequado, sem se descuidar do aspecto social, pois um sério problema que o país enfrenta é a alta taxa de natalidade e, consequentemente, da contingente humano necessitando de emprego".

A opinião é do presidente da Associação de Bancos do Estado da Bahia e vice-presidente do Banco Econômico, Alberto Martins Catharino, que, apesar de admitir que a economia brasileira atravessa um momento "bastante delicado", confessa-se otimista, pois considera que este é um país muito rico. "O que precisamos é, imediatamente, mudar o rumo", diz ele.

Aplicações erradas

Para o banqueiro, ao tentar desenvolver-se com rapidez, já tardivamente, o Brasil optou pelo caminho que ele considera mais lógico: não dispondo de poupança interna suficiente para crescer na velocidade desejada, recorreu à tomada de recursos externos, num momento em que o mundo atravessava uma fase de grande prosperidade e em que havia dinheiro em abundância.

— Acontece, porém, que, na hora de aplicar esses recursos, o Governo escolheu mal as prioridades. Aplicou parte do dinheiro em obras que, nos últimos anos, mudaram a face e a estrutura da economia brasileira — e não há quem possa negar. Entretanto, outra parte desses recursos foi aplicada em obras suntuárias, megalomaníacas e, portanto, desperdiçados. Por esse motivo, não trazem nenhum retorno — comentou o banqueiro.

Assim, a seu ver, esses recursos que considera praticamente impossíveis de ser recuperados, "pois foram aplicados incorretamente", sobrecarregaram as aplicações feitas com retorno. Em decorrência disso, Martins Catharino vê no momento uma dívida externa incompatível com o retorno da aplicação total feita pelo Governo. "Fomos pegados então por uma crise mundial e os erros apareceram", complementou.

Prioridades

Diante disso, Martins Catharino acha que, a partir de agora, o Governo deve estabelecer prioridades nítidas e corretas. Mas reconhece que, de qualquer forma, "vamos ter que pagar um preço pelos erros cometidos e, de certo modo, mudar a maneira como vinhamos agindo".

Ao defender a aplicação de recursos somente em setores onde haja retorno, o vice-presidente do Banco Econômico disse que, quando foram captados recursos externos para o desenvolvimento nacional, as prioridades que deveriam ser adotadas eram nas áreas de educação, saúde, industrialização e produtividade agrícola. No entanto, segundo ele, tratou-se apenas da industrialização, ficando os demais setores em segundo plano.

De imediato, ele acha necessário diminuir-se o ritmo do Programa Nuclear (quer, no máximo, duas usinas), da "mal planejada" Açominas e da Ferrovia do Aço, que considera um "dinheiro jogado fora", mas cujo comprometimento desconhece a que nível esteja em termos de realização real da obra.

Combate à inflação

Para reduzir a inflação, no seu entender, um dos primeiros pontos a ser atacados é evitar-se o agravamento do balanço de pagamentos do país. "Nisto, temos que jogar um pouco com a sorte, porque, evidentemente, os níveis dos juros externos vão nos ajudar ou nos atrapalhar", comentou Martins Catharino. Lembrou que, quando começou o endividamento em velocidade maior, os juros externos estavam em torno de 8%, mas já chegaram a 20% e, agora, está entre 12 e 13%.

— Não podemos deixar de pagar os juros dos empréstimos que já fizemos — ponderou o economista. —

Mas podemos deixar de tomar além do necessário a rolar a dívida. Devemos tentar sempre desenvolver os empreendimentos que não necessitem de recursos externos. Devemos usar o mínimo possível de moeda estrangeira para novos projetos.

Contudo, o problema mais grave na economia brasileira, segundo Martins Catharino, é o déficit público. Agravam também a inflação como destacou, as contas externas, os subsídios — principalmente os "desvirtuamentos" na agricultura — e a política salarial. Mas esta, apesar de ser realimentadora da inflação, entende que é um fator que não deve ser modificado, inclusive como forma de reparar os efeitos provocados na área social pela política de desenvolvimento executada nos últimos anos.

A agricultura tem de ser subsidiada, concorda o banqueiro, mas "a forma de subsídio dado até agora não é correta". Ele acha que deve ser subsidiado o produto e não a expectativa do produto. Ou seja: o Governo não deve dar subsídio para o plantio, mas na garantia de preços.

— Mas, para solucionar o problema considerado

mais grave — déficit público — considera indispensável a

unificação dos orçamentos monetário (onde estão os

subsídios), fiscal e das estatais, "a fim de se saber

exatamente onde está o rombo ou onde estão os buracos". Na sua opinião, não se pode ter uma receita orçada dentro da realidade, enquanto a despesa é planejada

mas mantém contas abertas. Desta forma, diz Martins

Catharino, "nunca o Governo pode controlar seus

gastos".